



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SCS - B - Quadra 09 - Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A
Brasília, DF. CEP 70308-200. - <https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH

Nos dias nove e dez de junho de dois mil e vinte e dois, na plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada 59ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Estiveram presentes na reunião os seguintes membros – Dia 09/06/2022: Ana Cláudia Beserra Macedo, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; Antônio Megale, Assessor Jurídico da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Ayala Lindabeth Dias Ferreira, Representante da Casa Brasileira de Pesquisa e Cooperação; Carlos Trelles, Consultor; Claudia de Almeida Soares, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Cleide das Neves Ferreira Santana, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Daisy Ribeiro, Representante da Terra de Direitos; Darci Frigo, Representante da Plataforma de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais DHESCA BRASIL; Everaldo Bezerra Patriota, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Getúlio Vargas de Moura Júnior, Representante da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM); Ítalo Bruno Lima Nonato, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Leandro Gaspar Scalabrin, Representante da Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB); Lucilene da Silva Souza, Representante do Coletivo Nacional de Juventude Negra (ENEGRECER); Luísa de Marillac Xavier dos Passos, Representante do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e da União (CNPGE); Luiza Lobato de Andrade, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Mônica Alkmim Moreira Nunes, Representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); Natália, Representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Paulo Tavares Mariante, Representante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT); Richard Pae Kim, Representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

Rogério Giannini, Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP); Romi Márcia Bencke, Representante do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC); Ronilson Costa, Representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT); Rosane Farias Silva, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Samuel Rodrigues, Representante do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR); Sacha S. Silvestre, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Taia Duarte Mota, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Virgínia Dirami Berriel, Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Yuri Michael Pereira Costa, Representante da Defensoria Pública da União (DPU). Dia 10/06/2022: Ana Cláudia Beserra Macedo, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Claudia de Almeida Soares, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Cleide das Neves Ferreira Santana, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Darci Frigo, Representante da Plataforma de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais DHESCA BRASIL; Everaldo Bezerra Patriota, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Getúlio Vargas de Moura Júnior, Representante da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM); Leandro Gaspar Scalabrin, Representante da Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB); Lucilene da Silva Souza, Representante do Coletivo Nacional de Juventude Negra (ENEGRECER); Luísa de Marillac Xavier dos Passos, Representante do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e da União (CNPGE); Luiza Lobato de Andrade, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Mônica Alkmim Moreira Nunes, Representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); Paulo Tavares Mariante, Representante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT); Rogério Giannini, Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP); Romi Márcia Bencke, Representante do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC); Rosane Farias Silva, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Sacha S. Silvestre, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Samuel Rodrigues, Representante do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR); Taia Duarte Mota, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH); Virgínia Dirami Berriel, Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Abertura da Reunião. O Sr. Darci Frigo iniciou a reunião cumprimentando a todos e, em seguida contextualizou a ata. Dia 09/06/2022 - Manhã: 1. Encaminhamento e distribuição de denúncias e representações recebidas pelo CNDH e analisadas pela Mesa Diretora, com destaques da Mesa – Resolução nº 04, de 03 de setembro de 2015; 2. Abertura da 59ª Reunião Ordinária do CNDH; 3. Informes e orientações gerais; 4. Aprovação das atas das Reuniões Extraordinárias do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; 5. Referendo de Notas Públicas do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; 6. Referendo de Recomendações do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; 7. Referendo do Termo de Designação do CNDH; 8. Relato da Reunião do Grupo de Trabalho de Proteção aos Direitos de Pessoas e Populações Deslocadas; 9. Relato da Reunião do Grupo de Trabalho constituído a partir de medida cautelar deferida pelo STF na ADPF n.º 742, que tem por finalidade debater, aprovar e monitorar a execução de Plano Nacional de Combate aos Efeitos da Pandemia de Covid-19 nas Comunidades Quilombolas Processo SEI nº 90790.001104/2020-27; 10. Relato da Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade; 11. Informes e deliberações sobre as atividades do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e Enfrentamento da Violência Política na Internet. Dia 09/06/2022 – Tarde: 1. Debate; 2. Debate e deliberações sobre temas emergenciais ou continuidade da pauta ordinária; 3. Conclusão do 1º dia da 59ª Reunião Ordinária do CNDH. Dia 10/06/2022 - Manhã: 1. Abertura do 2º dia da 59ª Reunião Ordinária do CNDH; 2. Deliberações da Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; 3. Deliberações da Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação Adequada; 4. Relato do Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP); 5. Relato e encaminhamento da Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua; 6. Relato da Comissão Especial sobre Direitos Humanos e Pandemia; 7. Relato da Reunião do Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos; 8. Relato da Reunião da Comissão de Litigância Estratégica; 9. Relato e encaminhamentos da Reunião da Comissão Permanente sobre Segurança Pública e Direitos Humanos; 10. Relato e encaminhamento da Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários; 11. Relato e encaminhamentos da Reunião da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e

Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais; 12. Informes e deliberações da Reunião da Comissão de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos; 13. Relato da Reunião da Comissão Permanente de Direito à Cidade; 14. Relato da Reunião da Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental; 15. Informes e deliberações da Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTQIA+, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo; 16. Relato da Reunião da Comissão Especial sobre Participação Social; 17. Relato e encaminhamentos da Reunião da Comissão Permanente de Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social; 18. Relato da Reunião do Grupo de Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos. Dia 10/06/2022 – Tarde: 1. Relato e encaminhamentos da Reunião da Comissão Especial para revisão do Regimento Interno do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; 2. Conclusão e Encerramento da 59ª Reunião Ordinária do CNDH. Ato seguinte, o Sr. Carlos Trelles agradeceu a participação, informou que está trabalhando em seis estudos, de seis instituições de direitos humanos, sendo que o primeiro foi apresentado no dia anterior. Foi apresentado os resultados do México, Espanha, Argentina e ele se encontra presente para apresentar e auxiliar o Conselho Nacional de Direitos Humanos. O Sr. Darci Frigo declarou que em setembro será realizado um Seminário, em desdobramento do estudo que está sendo realizado e que acontecerá próximo a reunião do Conselho Nacional. Adicionou que a próxima reunião está indicada para o dia 14 ou ao meio-dia do dia 15, com a participação de todos os conselheiros, representantes dos países pesquisados, convidados internacionais e representantes da Sociedade Civil brasileira, ressaltou a importância do conselho, destacou sua preocupação com os ataques de forças contrárias aos direitos humanos, prosseguiu com a introdução da reunião, arrazoou que na Mesa Diretora foi discutido a oportunidade das comissões apresentarem seus informes e documentos para a garantia de apresentação, mas que eventualmente as comissões não possuem documentos ou informes ou possuem e podem ser exposto em curto prazo. Em vista disso, questionou se alguém gostaria de retirar sua pauta da reunião. A Sra. Mônica Alkmim Moreira Nunes informou que pode retirar a pauta dela sobre o relato da reunião da Comissão Especial sobre Participação Social e passar para outra reunião. O Sr. Leandro Gaspar Scalabrin informou que pode ser retirada a pauta sobre o relato da reunião do Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota informou que pode ser retirada a pauta quanto ao relato da reunião da Comissão de Litigância Estratégica, sendo mantido o relato e

encaminhamentos da reunião da Comissão Permanente sobre Segurança Pública e Direitos Humanos. O Sr. Darci Frigo notificou que conversou com a Sra. Vercilene Dias da CONAQ e solicitou a presença para um informe sobre a ADPF nº 742 de cinco a sete minutos e será verificada a disponibilidade. Em seguida, discorreu sobre a quantidade de assuntos a serem discutidos, com 13 comissões e praticamente 25 espaços no conselho para a discussão dos assuntos e, para a garantia do debate dos assuntos, o conselho pretende realizar a cada 2 meses reuniões com as comissões para a apresentação de documentos ao Plenário. Depois, abordou sobre as recomendações, sendo a primeira a Recomendação Conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública e da Subcomissão Permanente de Política de Drogas e Saúde Mental. Explicou que essa recomendação é no sentido de “*recomendar ações aos órgãos públicos, relacionadas à morte de Genivaldo de Jesus Santos, numa operação da Polícia Rodoviária Federal.*” O Sr. Everaldo Bezerra Patriota esclareceu que o texto é uma consolidação da temática de Segurança com a de Saúde Mental e que é possível observar que todos são tratados com a premissa de que são criminosos, sem distinção. O Sr. Rogério Giannini lembrou que foi renegado o título de heroína da Pátria a Nise da Silveira, ressaltou a importância de Nise da Silveira no tratamento humanizado e da Dona Ivone Lara, como representação da mulher negra, e concordou com os apontamentos realizados pelo Sr. Everaldo Bezerra Patriota sobre a importância da luta dos direitos pela saúde mental. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota destacou a falta de direitos humanos no caso Genivaldo, sendo uma pessoa com esquizofrenia e que não houve tratamento humanizado. O Sr. Paulo Tavares Mariante destacou no caso Genivaldo a existência de tortura à céu aberto, sugeriu na reunião de julho abordar sobre a tortura e relembrou o dia 26 de junho, Dia Mundial de Apoio às vítimas de tortura e uma recomendação realizada pelo Conselho Nacional de Justiça para os juízes de direito sobre as questões de tortura. Complementou que a tortura não deixou de ser praticada. O Sr. Darci Frigo sugeriu realizar uma reunião com a Comissão que realizou prestação de contas sobre o assunto. O Sr. Richard Pae Kim salientou que a tortura é discutida na justiça e sugeriu endereçar a recomendação a Presidência da República, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, incluir o presidente do Conselho Nacional de Justiça. O Sr. Yuri Michael Pereira Costa destacou que no item 2 “*Das Recomendações. A Defensoria Pública Estadual e a Defensoria Pública da União, que garantam*” e depois de “*que garantam assistência jurídica gratuita à família de Genivaldo, visando a conquista de uma indenização imediata pela sua morte, bem como de um salário mensal, compensação e garantia de sobrevivência digna de sua viúva e de seus filhos*” inserir “*sem prejuízo*

de providência no âmbito coletivo”, discorreu que a Defensoria entrou em contato com a família de Genivaldo e, ao realizar uma reunião com a família e os advogados, a parte mais imediata, assistencial e indenizatória será realizada pelos advogados e a Defensoria atuará em âmbito coletivo, responsabilizando a União. O Sr. Leandro Gaspar Scalabrin parabenizou o trabalho realizado, concordou com o teor de documento, que trata sobre racismo estrutural, evidenciou o despreparo das forças de segurança para pessoas com problemas de saúde mental, lembrou a Portaria nº 4226 que regula o uso de armamento menos letal, que não foi cumprida pela Polícia Rodoviária Federal, no caso do Genivaldo. Questionou o que o Ministério Público tem a esclarecer sobre o não cumprimento da Portaria no caso do Genivaldo. Salientou sua preocupação com o assunto, visto que foi criado um Grupo de Trabalho pelo Ministério da Justiça em 2020 para rever essa Portaria e também com os Projetos de Lei nº 732 e 733 de 2022, que amplia as situações que são excludentes de ilicitude para policiais em serviço. Notificou que considera pertinente a recomendação do Conselho para a reprovação do projeto e pedir vênua ao Ministério da Justiça para não revogar a Portaria nº 4226. A Sra. Lucilene da Silva Souza destacou sua preocupação quanto ao despreparo da polícia e parabenizou as comissões pela recomendação. O Sr. Getúlio Vargas de Moura Júnior cumprimentou a todos, destacou que o caso do Genivaldo foi discutido na Conferência Popular do Direito à Cidade, discorreu que a força policial as vezes atua de maneira violenta com a população da periferia e que isso deve ser fiscalizado sendo a manifestação algo fundamental. A Sra. Luísa de Marillac Xavier dos Passos cumprimentou a todos, ponderou que é necessário incentivar as instituições a provocarem ações educativas, reflexivas e transformadoras, sugeriu incluir no item 3 *“O Ministério Público do Estado de Sergipe, Ministérios Públicos dos demais estados e do Distrito Federal”*, na alínea “a” depois de *“reparação aos familiares da vítima, conforme suas atribuições”* e incluir o item “b” nos moldes do item “c” no 1 *“no sentido de promover medidas para prevenir e erradicar atos de violência institucional ligados a padrões de discriminação racial contra a população afrodescendente e as pessoas com deficiência”*. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota concordou. Com a palavra, a Sra. Mônica Alkmim Moreira Nunes concordou com a sugestão da Sra. Luísa de Marillac Xavier dos Passos, informou que participou de uma audiência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para discutir sobre o caso Mãe do Jacaré, em que foram destacadas situações de violência policial e a importância de políticas. Sugeriu inserir os Conselhos Estaduais no item 3 e o debate nos estados de políticas de não repetição de violência policial. O Sr. Darci Frigo sugeriu inserir os conselhos estaduais no item 6, e

na letra b para serem debatidas políticas públicas. O Sr. Leandro Gaspar Scalabrin sugeriu “*Que promovam debates e formulem propostas de políticas públicas, visando a não repetição das violações denunciadas*”. A Sra. Virgínia Dirami Berriel informou que foi retirada a disciplina de Direitos Humanos da formação da Polícia Rodoviária Federal e ponderou sobre a importância da formação dos policiais relacionada aos direitos humanos. O Sr. Darci Frigo salientou que é necessário realizar a mudança na pedagogia. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota acrescentou que a cadeira de comando influencia na formação. O Sr. Richard Pae Kim sugeriu realizar um movimento extra, para encaminhar a nota ao Presidente do Congresso Nacional e as recomendações sobre os dois PLs para retirar a urgência. O Sr. Darci Frigo informou que irá convocar algum Conselheiro ou Conselheira para ir ao Congresso e que irá verificar a possibilidade de fazer uma apresentação sobre o assunto no Observatório de Direitos Humanos do CNJ, em que está prevista uma reunião no dia 21. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota relembrou uma recomendação aprovada pelo Conselho sobre armamentos menos letais e ressaltou sobre os cuidados ao se utilizar armas menos letais. O Sr. Darci Frigo perguntou se alguém se opõe às recomendações informadas. Por unanimidade, a recomendação foi aprovada. Salientou a importância da elaboração deste tipo de documento e informou que o documento pode ser divulgado. Em seguida, passou para a recomendação nº 21, de 07 de junho de 2022, *ad referendum*, que recomenda à União a disponibilização de equipes de busca e resgate ao jornalista e indigenista desaparecidos no Vale do Javari. Foi apresentada a recomendação pelo Sr. Yuri Michael Pereira Costa. Colocada em votação, a recomendação foi aprovada por unanimidade. Depois, foram iniciadas as discussões sobre as notas públicas do Conselho Nacional sobre a chacina da Vila Cruzeiro e sobre a tragédia ocasionada pelas chuvas e omissão do Poder Público em Pernambuco. Foi iniciada a apresentação sobre a nota pública sobre a chacina da Vila Cruzeiro no Rio de Janeiro pelo Sr. Everaldo Bezerra Patriota, que declarou que foi a terceira mais violenta na história do Rio de Janeiro, com a interferência da Polícia Rodoviária Federal e ressaltou que foi descumprida a ADPF nº 635. Sem manifestações contrárias, a nota pública foi aprovada e referendada. Ato seguinte, foi iniciada a apresentação sobre a Nota Pública sobre a Tragédia ocasionada pelas chuvas em Pernambuco pelo Sr. Darci Frigo. Arrazoou sobre a necessidade de o Conselho fazer manifestações sobre eventos climáticos e a combinação com a omissão ou não da adoção de políticas públicas. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota salientou que não existe política pública para moradias dignas e seguras dessas populações. Não havendo oposição, a nota foi referendada por unanimidade. Ato seguinte, foi informado um referendo sobre a

recomendação nº 20 de 02 de junho de 2022, *ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, o IBAMA, a suspensão do licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria, devido à inobservância do procedimento de consulta e consentimento prévio, livre e informado e de boa fé aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, afetadas, impactadas ou atingidos, conforme determinação da Convenção n.69, da OIT, da qual o Brasil é signatário*". O Sr. Leandro Gaspar Scalabrin notificou que está ocorrendo audiências públicas sobre licenciamento ambiental sem consulta pública as comunidades tradicionais e salientou a importância da manifestação do Conselho para legitimar as demandas das comunidades tradicionais. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota explicou que o projeto de Santa Quitéria envolve urânio, será transportado para o Porto de Pecém, liberando resíduos e complementou informando que o projeto foi rejeitado uma vez. O Sr. Yuri Michael Pereira Costa ressaltou a necessidade de manifestações como essa serem feitas no Conselho Nacional para auxiliar as instituições. Foi iniciada a votação e sem oposições, a recomendação foi referendada por unanimidade. Depois, o Sr. Darci Frigo retomou sobre o planejamento das atividades. Informou que na última reunião foi realizado um levantamento das atividades de junho e julho e que será finalizado o de agosto. Foi discutido que existia previsão sobre o marco temporal e a ADPF nº 828 nos dias 22 e 23, depois da reunião da mesa diretora no dia 21. Acrescentou que solicitou audiências aos Ministros do STF, que o marco temporal saiu da agenda e que será debatido à tarde sobre a ADPF nº 828. Notificou que no dia 14 de julho ocorrerá um seminário sobre Drogas e Saúde Mental. Relembrou que no mês de julho ocorrerá missões no Rio de Janeiro sobre liberdade de expressão e *Fake News*. A Sra. Virginia Dirami Berriel informou que estará presente na missão do Rio de Janeiro. O Sr. Darci Frigo relatou que nos dias 18,19 e 20 terá a missão, e reunião da comissão no Rio de Janeiro. Para o início de agosto, dia 03 de agosto, relatou sobre o seminário organizado pela Comissão de Comunicação e GT de Violência Política. O Sr. Leandro Gaspar Scalabrin relatou que nos dias 07,08,09 e 10 de julho a ocorrência da sessão do Tribunal Permanente dos Povos e dias 07 e 08 de julho reunião no Plenário. O Sr. Yuri Michael Pereira Costa informou que será realizada uma audiência pública no Estado do Maranhão dia 22 de junho sobre violência no campo no Maranhão e ida a uma das comunidades, que sofre ameaça e violência dia 20 de junho. O Sr. Leandro Gaspar Scalabrin informou sobre o Seminário da Violência Política, que ocorrerá em 03 de agosto, uma missão em Rondônia com a Comissão Terra e a Comissão de Defensores e de Segurança Pública, uma missão da Comissão de Alimentação Adequada, para 22 de agosto e uma proposta da Comissão de

Trabalho sobre uma postagem se seminário com um filme relacionado ao trabalho escravo. Relatou que está acontecendo uma missão conjunta no CNDH com o CONEDH de Minas Gerais sobre violações de direitos humanos no Vale das Cancelas e destacou a importância da relação do CNDH com os conselhos estaduais. O Sr. Darci Frigo notificou sobre um convite a um evento que será realizado na Colômbia. Não havendo mais dúvidas, todos concordaram com o calendário. O Sr. Yuri Michael Pereira Costa notificou que não houve reunião na Comissão de Monitoramento das obrigações do estado brasileiro em âmbito internacional, que participaram de uma audiência dia 24 de maio com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral sobre o monitoramento do processo eleitoral, com a apresentação de diretrizes para a proteção e combate à desinformação. Discorreu sobre o Seminário Brasil na RPU que ocorreu dia 25 de maio com a presença de instituições da Sociedade Civil, Ministério de Direitos Humanos, a presença do Ministério das Relações Exteriores, da União Europeia, da ONU, por meio da ACNUD e de cinco embaixadas. No dia 31 de maio, informou que houve outra reunião envolvendo o Conselho Nacional dos Direitos Humanos com o Jan Jarab, o Chefe do escritório da ACNUD na América Latina, e ontem o *Workshop*, com casos que o Conselho acompanha. O Sr. Darci Frigo destacou que o Conselho desempenhou um papel importante no Seminário Brasil na RPU com ampla representação da sociedade civil. Ao retomar a pauta sobre os impactos de desastres como o de Pernambuco, o Sr. Getúlio Vargas de Moura Júnior destacou sua preocupação com os desastres naturais que afetam as populações mais pobres e que necessitam de políticas públicas mais eficientes e sugeriu uma manifestação da Comissão de Alimentação Adequada quanto a brasileiros na linha de pobreza. O Sr. Darci Frigo concordou e solicitou uma proposta para ser apresentada na reunião do dia seguinte. O Sr. Leandro Gaspar Scalabrin sugeriu o diálogo com a comissão para apresentar a Mesa Diretora para fazer *ad referendum*. O Sr. Getúlio Vargas de Moura Júnior acatou a sugestão. O Sr. Darci Frigo acrescentou que a Mesa Diretora elaborará o encaminhamento quando a nota chegar. Em seguida, passou para o Relato da reunião do Grupo de Referência do Pacto Nacional dos Direitos Humanos. A Sra. Virgínia Dirami Berriel informou que ocorreu as reuniões dia 25 e 26 de maio, acrescentou que no primeiro dia o encontro foi realizado no auditório do Bloco A da Esplanada dos Ministérios, com a participação de aproximadamente 150 pessoas dos diversos Conselhos Estaduais e distrital e assinado o Termo de Cooperação com oito Conselhos Estaduais e o TSE, em que o mesmo termo assinado pelo Conselho Nacional foi aderido por eles. Os Conselhos que não deliberaram se comprometeram a enviar posteriormente. Ressaltou que apenas o Conselheiro do Rio de Janeiro não

esteve presente e que foi um encontro extremamente importante. O Sr. Leandro Gaspar Scalabrin relatou que o encontro foi positivo, explicou que a Rede Nacional de Conselhos é composta, atualmente, por 17 Conselhos Estaduais e Distrital que estão em funcionamento. Adicionou que no primeiro dia do encontro houve a presença da Comissão de Direitos Humanos, Conselhos Estaduais e Defensoria Pública da União, e os Conselhos Estaduais aderiram ao Termo de Cooperação com o Tribunal Superior Eleitoral. Sobre o segundo dia do encontro, relatou que foi debatido a organicidade da Rede, a situação atual dos Direitos Humanos em cada região, funcionamento dos Conselhos Estaduais e Distrital e ações a serem realizadas nos estados. Acrescentou que foi encaminhado que cada Conselho Estadual e Distrital marcará uma audiência com os Tribunais Regionais Eleitorais para verificar quais ações podem ser aplicadas nos estados. Notificou que o Conselho Estadual do Paraná possui data agendada com o Tribunal Regional Eleitoral. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota destacou a importância da antecipação da recomendação, para os Conselhos Estaduais organizarem suas agendas. O Sr. Leandro Gaspar Scalabrin ponderou que foi discutido a forma de melhorar a interação dos Conselheiros Nacionais com os Conselhos Estaduais, exemplificou através da Resolução nº 10, onde houve reunião com os Tribunais de Justiça, TRF's e os Conselhos Estaduais. Ponderou que foi realizado uma pelo para que o Conselheiro atual atue como intermediário entre os Conselho Estadual e o Conselho Nacional. Acrescentou que foi aprovada a Carta do Encontro Nacional dos Conselhos, relatou que a Carta conclama a Sociedade Civil a organizar comitês de participação popular nos estados para a defesa da democracia e aos candidatos a Governador, Presidência da República, Congresso Nacional e Assembleias Legislativas, que se comprometam com a autonomia e a independência do CNDH, com a autonomia e independência dos Conselhos Estaduais e com políticas de Direitos Humanos e sobre o apelo para que o CNDH entre em contato com governadores e Ministério Público Estadual para verificar o funcionamento dos conselhos estaduais, visando o cumprimento da lei e complementou informando que foi sugerido a revisão do Pacto Nacional dos Conselhos. O Sr. Richard Pae Kim parabenizou o trabalho e sugeriu um ofício aos tribunais sobre a instituição dos Conselhos. A Sra. Mônica Alkmim Moreira Nunes informou que entrou em contato com o Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro e que posteriormente será realizada uma reunião com o Conselho. O Sr. Leandro Gaspar Scalabrin concordou com a proposta do Sr. Richard Pae Kim sugeriu marcar com a Rede, que contém um Conselho em cada região para discutir o assunto, parabenizou a iniciativa da Sra. Mônica Alkmim Moreira Nunes e ressaltou a importância

da reunião uma vez ao ano com os conselhos estaduais. O Sr. Yuri Michael Pereira Costa destacou que ocorrem frequentemente reuniões com alguns Conselhos, como o de São Paulo, que convida mensalmente. O Sr. Darci Frigo concordou. Em seguida, passou para os Informes e Deliberações da Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTQIA+, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo. A Sra. Lucilene da Silva Souza relatou sobre a exposição de imagens, sendo uma denúncia recebida relacionado ao reconhecimento fotográfico e que será apresentada a minuta na próxima reunião, junto com uma ONG, que está desenvolvendo um projeto para que se torne um Projeto de Lei. Discorreu que existem diversas denúncias e que foram canceladas denúncias de sete casos. O Sr. Paulo Tavarres Mariante lembrou que o dia 17 de maio é o Dia Internacional de Luta contra a LGTIFobia e o dia 28 de junho é o Dia Mundial do Orgulho LGBTQIA+, discorreu sobre os casos de homofobia e transfobia e a existência de um conselho com muitos problemas. Arrazoou que no Conselho Nacional Popular LGBTI houve um processo de construção que resultou no dia 17 de maio e no lançamento do Programa Brasil de Todas as Cores, que contém várias propostas para o reconhecimento dos direitos da população LGBTI. Destacou a importância do Conselho para a defesa dos direitos e entregou ao Sr. Darci Frigo um exemplar do Brasil de Todas as Cores. O Sr. Darci Frigo agradeceu e sugeriu a antecipação do assunto referente ao Vereador Renato Freitas. Foi relatado que a Subcomissão Especial de Laicidade e Liberdade Religiosa fez uma reunião que resultou em dois documentos: um a ser apresentado no dia seguinte e outro relacionado a recomendação destinada à Câmara Municipal de Vereadores e Vereadoras de Curitiba, para o arquivamento do processo ético e disciplinar nº 01/2022 sobre o Vereador Renato Freitas. O Sr. Darci Frigo informou sua participação quanto ao assunto, sugeriu a inclusão do caso Durval Teófilo Filho e evidenciou a importância da manifestação. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota concordou e ressaltou casos de racismo e homofobia como o caso de Renildo José dos Santos. Ato seguinte, foi realizada a votação da Recomendação que Recomenda à Câmara Municipal de Curitiba o arquivamento do Processo Ético Disciplinar no 01/2022, contra o vereador Renato Freitas e foi aprovada por unanimidade a votação. O Sr. Leandro Gaspar Scalabrin informou quanto a Resolução nº 10 que o texto foi discutido e aprovado, e questionou se pode ser publicizado. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota informou que pode ser publicizado, visto que o texto foi aprovado. Dia 09/06/2022 – Tarde: Foi iniciada a reunião e realizada a apresentação pela Sra. Daisy Ribeiro sobre a Resolução nº 10, de 17 de outubro de 2018. A Sra. Daisy Ribeiro discorreu sobre a pesquisa, que se trata de

despejos, sistema de justiça e o tratamento dos conflitos fundiários coletivos, interligado a Resolução nº 10/2018 do CNDH. Destacou que a pesquisa possui três sessões: a apresentação da Resolução nº 10 e o cenário, o segundo sobre levantamento de dados, em que foram realizadas entrevistas, identificadas 125 decisões judiciais que mencionavam a Resolução nº 10/2018 do CNDH em 113 processos e 13 normativas, como a Recomendação nº 90 do CNJ de 2021, que orienta cautela na Magistratura, na análise das liminares de despejo e orienta a observância da Resolução nº 10, do CNDH a Resolução nº 17 do próprio Conselho, que trata das remoções administrativas, resultados, abrangência em todas as regiões, com abrangência maior no estado do Pará, com 37 decisões judiciais, em seguida o Tribunal de Justiça de São Paulo com 19 decisões, observada que a Resolução é pouco utilizada, relatou sobre pesquisa de decisões de ordens de despejo. Destacou que em 63% dos casos foi observado que a Resolução é mencionada nas decisões por ter sido mobilizada no Relatório, em que constam as razões de todas as partes, observado também nos ofícios do CNDH. Acrescentou que frequentemente a Magistratura ignora o pedido de análise, o que ocorreu em 66% das decisões mencionadas, além de ignorar a aplicação da Resolução nº 10. Salientou que em 33 decisões houve a suspensão ou a manutenção da decisão de suspensão de uma ordem de remoção, sendo que 20 eram relacionadas a pandemia da COVID. Sobre as ordens de despejo, em 60 decisões foram mantidas ou estabelecidas a remoção e 30 delas alguma tentativa de diligência. Concluiu que é necessário dialogar junto com a ADPF e que a publicação da pesquisa será disponibilizada no *site*. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota parabenizou o trabalho e questionou se foi pesquisado apenas tribunais de segundo grau. A Sra. Daisy Ribeiro cientificou que não foi realizado esse recorte, mas que pelo fato de haver *sites* especializados de buscas nas jurisprudências resulta em mais decisões do segundo grau. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota questionou se existia alguma separação na pesquisa no caso de Alagoas e a Sra. Daisy Ribeiro respondeu que foi mantida na pesquisa aberta, relatou que existe apenas um caso de Alagoas, destacou a dificuldade para verificar os casos e que será indicado na pesquisa se está relacionado ao tribunal de primeiro grau ou segundo. O Sr. Yuri Michael Pereira Costa parabenizou o trabalho e salientou a importância do trabalho, para verificar o nível de aplicabilidade de uma recomendação, e explanou sobre o histórico. O Sr. Getúlio Vargas de Moura Júnior parabenizou o trabalho, discorreu sobre as denúncias recebidas e reforçou a importância da aplicação da Resolução nº 10. O Sr. Samuel Rodrigues destacou que a Resolução dialoga com as pessoas em situação de rua, colocou o movimento à disposição da Terra de Direitos, relatou sobre a quantidade de pessoas em situação de

rua, onde Belo Horizonte tem 10.000 pessoas em situação de rua e 1.200 vagas de acolhimento, sendo insuficiente o serviço de atendimento. O Sr. Leandro Gaspar Scalabrin parabenizou o trabalho, explanou sobre a relação da Resolução com o Conselho, sendo essencial e ressaltou que a Resolução é um instrumento de efetividade do Conselho, relacionado com outras situações. Sugeriu implantar o carimbo ODS nas resoluções da CNDH. Foi destacado pela Sra. Luísa de Marillac Xavier dos Passos sobre a violência institucional, e que é necessário pensar em estratégias para abordar a temática. O Sr. Paulo Tavares Mariante destacou sobre as decisões desconsideradas no judiciário que são importantes para o Conselho. A Sra. Ayala Lindabeth Dias Ferreira ponderou que é necessário verificar a ressonância com o próprio conselho, e reconhecer a importância do trabalho para os direitos humanos. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota ressaltou a dificuldade existente nas decisões de primeiro grau, que se tornam negadoras da propriedade e concessivas da liminar de reintegração, relatou sobre casos no setor judiciário como o Tribunal de Justiça de São Paulo, que não acompanha as recomendações do CNJ do processo eletrônico e ressaltou a importância da pesquisa. O Sr. Darci Frigo explanou sobre a importância da pesquisa, a implantação da Resolução e atuação do Conselho em conjunto. A Sra. Daisy Ribeiro agradeceu a contribuição do conselho e notificou que a pesquisa está no site. O Sr. Richard Pae Kim parabenizou o relatório e informou que o Conselho Nacional de Justiça não interfere em ações jurisdicionais, informou que encaminhará a situação à presidência do Conselho Nacional de Justiça, ressaltou a importância da comunicação e divulgação. O Sr. Darci Frigo solicitou a publicação no Observatório, cientificou que o caso dos Xoklengs será ouvido no dia seguinte e relatou sobre o Parecer da Sra. Débora. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota parabenizou o relato e informou que o STF admitiu o CNDH como *litisconsórcio*. O Sr. Darci Frigo parabenizou o trabalho, notificou sobre a indisponibilidade da presença da Conselheira e sugeriu a presença posterior da Conselheira para esclarecer. Adicionou que no dia posterior será retomado o momento de apreciação das denúncias. O Sr. Yuri Michael Pereira sugeriu o acolhimento da Resolução que aprova o Parecer da consultora ad hoc, Deborah Duprat, sobre condicionantes para cumprimento de ordem de despejos nos casos abrangidos pela ADPF nº 828 e verificar com a Secretaria a reprodução das recomendações no documento. Foi destacada a importância do trabalho. Depois, foi realizada a votação. A Resolução foi aprovada por aclamação. Foi iniciada a discussão sobre a substituição do Conselheiro Joselito. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota sugeriu a Sra. Luísa de Marillac Xavier dos Passos como substituta na Comissão Eleitoral. Sem mais sugestões e todos aprovaram a sugestão. Foi sugerido a publicação de retificação do

edital de convocação das eleições para mudança da data e sobre as mudanças. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota informou que é referente ao item 16 e que foram aprovadas as alterações no edital. O Sr. Darci Frigo informou sobre a discussão sobre uma notícia e solicitou a Secretaria incluir sobre o assunto. Ato seguinte, o Sr. Ronilson Costa iniciou sua apresentação sobre conflitos no campo, comparação entre número de conflitos e pessoas envolvidas, sendo a Amazônia o território com a maior quantidade de conflitos, sobre o trabalho escravo, violência contra ocupação e posse na Amazônia Legal, número de famílias que sofreram violência contra ocupação e a Posse em 2020 e 2021, categoria que sofreu ação nos conflitos por terra em 2021, sendo 25,8% indígenas, categorias que causaram a ação nos conflitos por terra, sendo 22,8% fazendeiros, mapa dos conflitos por Terra, com destaque ao Pará, Bahia e Mato Grosso, quadro comparativo dos conflitos por água – 2020 e 2021, conflitos pela água por governos, categorias que sofreram ação nos conflitos por água – 2021, categorias que causaram os conflitos, sobre os conflitos trabalhistas: trabalho escravo, sendo Minas Gerais o estado que mais resolveu casos de trabalho escravo, relatou sobre o caso ocorrido em Santa Catarina relacionado ao trabalho escravo e assassinatos em Rondônia. Sugeriu abordar sobre o caso em Serra Negra, relatou sobre a campanha que está sendo realizada na Comissão Pastoral da Terra. O Sr. Darci Frigo parabenizou o trabalho. A Sra. Ayala Lindabeth Dias Ferreira demonstrou sua preocupação quanto ao cenário apresentado. O Sr. Leandro Gaspar Scalabrin parabenizou o trabalho e a CPT, ponderou que o relatório visibiliza a situação do país, destacou que conta com a participação da CPT em missão a ser realizada em Rondônia, informou sobre audiência pública dia 22 com a participação da CNDH, propôs ao Plenário incentive a campanha sobre conflitos no campo. O Sr. Darci Frigo questionou a todos se pode aderir à campanha e todos concordaram. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota sugeriu formalizar sobre a situação de Serra Negra. O Sr. Ronilson Costa notificou que será formalizado e encaminhado e refletiu sobre o caso do povo Yanomami. Foi adicionado que o relatório reforça a impunidade com relação a violência no campo. A Sra. Virgínia Dirami Berriel discorreu sobre a Comissão de Trabalho, informando sobre discussões sobre trabalho escravo e reforma trabalhista. O Sr. Antônio Megale apresentou dados sobre reforma trabalhista. A Sra. Virgínia Dirami Berriel ressaltou sobre o imposto sindical e leu a recomendação. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota questionou se existe uma resposta quanto a isso e o Sr. Antônio Megale que existem discussões sobre vínculo empregatício no caso dos motoristas do Uber. O Sr. Paulo Tavarres Mariante concordou com a recomendação que propõe a revogação da Reforma Trabalhista, ressaltou a importância da igualdade. Foi informado que a Justiça do Trabalho realiza alguns

relatórios, informando principais assuntos como o aviso prévio. O Sr. Darci Frigo destacou a importância do trabalho do conselho nesse assunto e citação de caso específico. O Sr. Leandro Gaspar Scalabrin parabenizou o trabalho e sugeriu suprimir o trecho que informa a lei. Depois, foi realizada a leitura da recomendação. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota sugeriu incluir os dispositivos legais. Foi sugerido inserir “reforma trabalhista”, e considerando que o Conselho de Direitos Humanos editou a recomendação nº 4, de 2017. Foi sugerido suprimir a reforma trabalhista e sobre a lei e sua regulamentação. Dia 10/06/2022 – Tarde: O Sr. Darci Frigo informou que se encontrou com o Embaixador da Inglaterra e conversou sobre a recomendação do Conselho sobre o caso Dom Phillips e do Bruno e saudou a todos. A Sra. Virgínia Dirami Berriel destacou sobre ameaças em jornalistas que descobriram rede de fake News, como o de Lucas Neiva, jornalista do Congresso Em Foco e a editora do Congresso Em Foco Vanessa Lippelt e sugeriu encaminhar um ofício ao TSE sobre o assunto junto à Polícia Federal. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota sugeriu encaminhar a Secretaria de Segurança e outras autoridades relacionadas. Foi sugerido encaminhar um ofício do Conselho ao MMFDH ao programa de proteção a defensores. Com a aprovação de todos, foi aprovado os encaminhamentos. Foi acrescentado quanto a Portaria nº 08, de 03 de junho de 2022 que foi publicada. Com a palavra, o Sr. Paulo Mariante sobre a última Marcha da Maconha, que houve ostensiva revista e grande quantidade de policiais, que pode ser visualizado como intimidação. Sobre a Comissão de Direito à Cidade e a Comissão de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos foi informado que não teve reunião. Sobre a Comissão de Terra e Água, o Sr. Leandro Gaspar Scalabrin declarou que os informes foram feitos no dia anterior e sugeriu como assunto a ser abordado uma recomendação a órgãos públicos da União e do Estado que adotem medidas para proteção e reparação dos direitos dos povos originários em terras indígenas no norte do Estado do Rio Grande do Sul e recomenda ao Ministério da Justiça para que promova ações coordenadas e institua programas visando a identificar e coibir as situações de arrendamentos de terras indígenas no país. Foi realizado o relato sobre conflitos em terra indígena em Serra Negra, foram relatados casos de assassinatos de indígenas, com conflitos na terra indígena de Serrinha, criado um parecer sobre o assunto em que órgãos como o CIMI, Ministério Público e o SEPIR foram ouvidos. Foi acrescentado que o arrendamento foi realizado através de um Termo de Ajustamento de Conduta, referendado pelo Ministério Público Federal e é proposto o fim do Termo. Foi apontado o PNGATI e elaborado um parecer que foi aprovado e disponibilizado na página do Conselho Estadual de Direitos Humanos. O Sr. Leandro Gaspar Scalabrin continuou o relato de dois

indígenas assassinatos em julho, com expulsão de 30 famílias e ao estudar o caso, foi verificado que 22 terras indígenas no Brasil, mais de 3.000.000 de hectares de terras indígenas no Brasil que são ilegalmente arrendadas no Brasil, sendo importante a aprovação da recomendação, no sentido de que o Ministério da Justiça revogue a Instrução Normativa nº 01/2021, da FUNAI e do IBAMA, pois a Instrução facilita a ocorrência desses acontecimentos. Relatou que são realizadas recomendações à FUNAI para adotar medidas cabíveis, a Defensoria Pública da União para busca de medidas judiciais e à Procuradoria da República para identificar os atuais arrendatários. Foi recomendado à FUNAI que conclua a desintrusão da área. A Sra. Mônica Alkmin Moreira Nunes sugeriu que seja encaminhado o histórico da recomendação aos demais Conselhos. O Sr. Getúlio Vargas de Moura Júnior concordou com a recomendação. O Sr. Darci Frigo questionou quanto ao encaminhamento da 6ª Câmara e o Sr. Leandro Gaspar Scalabrin confirmou. O Sr. Darci Frigo sugeriu colocar na agenda do dia 21 buscar o Procurador Vilhena para dialogar o assunto e encaminhar a recomendação à Polícia Federal. Iniciada a votação, a recomendação foi aprovada por aclamação. Sobre o relato da Comissão de Direito à Cidade, o Sr. Getúlio Vargas de Moura Júnior relatou que a data da missão ao estado de Goiânia será definida de 08 a 10 de agosto, sendo no máximo de 15 a 17. O Sr. Darci Frigo sugeriu a data de 15 a 17, para conciliar a agenda. O Sr. Leandro Gaspar Scalabrin informou que em 22 de agosto tem o indicativo de missão da Comissão da Alimentação. O Sr. Getúlio Vargas de Moura Júnior informou que foi decidido prorrogar a missão e ressaltou a importância da Conferência Nacional das Cidades. Foi destacado que o Relatório da Conferência Popular precisa chegar nos territórios, e ser utilizado como documento orientador aos Conselhos. Sobre a Comissão de Defensores de Direitos Humanos foi informada a ocorrência da reunião em 23 de maio, em que foi discutido sobre a população em situação de rua e foi marcada uma reunião esse mês. Em seguida, o Sr. Paulo Tavares Mariante discorreu sobre a composição da Comissão Eleitoral da Sociedade Civil, no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, discorreu sobre a existência de um Sistema Nacional de Prevenção e Combate à tortura e que o Conselho não possui responsabilidade sobre o assunto pois o edital foi elaborado pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Foi sugerido pelo Sr. Darci Frigo abordar sobre o tema da tortura em julho. Foi sugerido abordar em sentido de cooperativismo. Foi reforçada a importância do fortalecimento do Mecanismo Nacional e a dificuldade de funcionamento dos mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura. Depois, o Sr. Everaldo Bezerra Patriota relatou sobre a 9ª Reunião da Comissão Permanente sobre Segurança Pública e Direitos Humanos,

com um GT trabalhando na questão do controle externo, com participação de profissionais de segurança, Delegados, Policiais, que integram a Comissão e outro GT, trabalhando num documento para entregar aos candidatos, que virá para a plenária de julho para ser aprovado. O Sr. Darci Frigo sugeriu recorte de casos do CNJ e ressaltou a reunião ordinária de julho. Na reunião da Subcomissão Especial sobre Laicidade e Liberdade Religiosa foi relatado a apreciação do projeto lei de nº 4.188/2020, que dispõe sobre as garantias dos direitos fundamentais a livre exercício da crença, cultos religiosos e a solicitação da realização de audiências públicas sobre o tema. Foi lida a recomendação, da Recomendação à Câmara dos Deputados a retirada do regime de urgência do Projeto de Lei nº 4188/2020, que dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, e a realização de audiências públicas sobre o tema. e aprovada por aclamação. Ato seguinte, o Sr. Leandro Gaspar Scalabrin relatou sobre a negativa de observadores da Europa nas eleições. Foi ressaltada a importância da presença dos observadores para observar o sistema de eleição. O Sr. Darci Frigo informou sobre reunião no dia 22 com a União Europeia sobre o assunto. Em seguida, foi questionado sobre a população em situação de rua e que esse mês terá reunião, foi acrescentado que não houve reunião. Foram relatados casos sobre o assunto. Foi sugerido verificar algum estado para analisar se foi acatada a Recomendação nº 40. O Sr. Everaldo Bezerra Patriota sugeriu envolver o Colégio de Procuradores. Foi ressaltada a preocupação com a falta de representação sobre a população em situação de rua. Foi declarado que existe representação para as normativas. Foi concordada com a proposta do Sr. Everaldo Bezerra Patriota. O Sr. Darci Frigo sugeriu envolver o CNJ. Foi informado que o seminário sobre o assunto ocorrerá em agosto, mas que deve ser verificado quanto ao deslocamento. Foi sugerido para finalizar o assunto em julho. Foi informado sobre manifestação sobre comunicação em maio. Sobre o edital relacionado aos indígenas, foi realizada votação e todos aprovaram. Depois, passou para a pauta sobre observadores. Foi questionado o prazo. **Encerramento:** Finalizadas as discussões, o Sr. Darci Frigo deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença e a participação de todos.